

UMA CIDADE INDIFERENTE:

Espaço *Generificado* de Resistência à Cidade-Mercadoria

Rossana Brandão Tavares

Doutoranda em urbanismo PROURB/UFRJ¹, rossana@plural.arq.br

Introdução

Com vistas a adentrar nas fileiras das cidades ditas globais, o Rio de Janeiro há décadas tem sido objeto de transformações urbanas onde emergem novos circuitos num contexto de reestruturação econômica em escala internacional (Sassen, 2010; Sánchez, 2009). A importância de construção de uma imagem de cidade segundo padrões internacionais hegemônicos, revelam a tendência a um pensamento único que capturam discursos, mesmo daqueles ditos mais críticos, legitimando “revitalizações, requalificações, revalorizações” que só revelam eufemismos para a reconquista do espaço urbano (Arantes, 2009) a favor de novas exigências de acumulação capitalista. Sem adentrar nos meandros das diferenças desses processos entre os países do norte e do sul, é importante salientar que a pressão por esse modelo dominante de catálogo, uma cidade-mercadoria, perpetuam inúmeras estruturas de gênero antigas, nutridas por novas dinâmicas (Sassen, 2010). Percebemos que essas estruturas de perpetuação das desigualdades de gênero revelam-se mais perversas quando se impõem uma visão de justiça social imperativamente baseada na distribuição de recursos (Fraser, 2012), ou seja, a partir da dimensão de classe.

A epistemologia feminista tem contribuído para o surgimento de novos aportes teóricos, reinterpretando análises androcêntricas (masculina e heteronormativa) de diversas disciplinas, inclusive, a dos estudos urbanos. Uma das questões fundamentais na teoria feminista e de gênero é a histórica imposição de um modelo de existência (Beauvoir, 1970) reinventado cotidianamente pelos processos de dominação, e questionado por feministas, não só através do discurso mas também através da busca de práticas transformadoras que colocam em xeque o ideal feminino (ou de mulher). A própria ideia socialmente construída de espaço urbano, de forma geral, coloca as mulheres em um lugar marginal e dito feminino: o espaço doméstico (espaço privado); enquanto os homens estão num lugar central, considerado

¹ O presente trabalho em parte foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil e da CAPES/COFECUB.

naturalmente masculino: o espaço público, sinônimo de espaço urbano pela visão hegemônica dominante (Coutras, 1997; McDowell, 1999).

Nesse sentido, o presente artigo visa trazer uma contribuição analítico-propositiva baseada na percepção a cerca da invisibilidade das desigualdades de gênero associadas e alimentadas pela produção do espaço urbano do Rio de Janeiro. Partimos do entendimento de que as práticas sociais de gênero no espaço e as performances de seus corpos desvendam processos de resistência os quais chamamos de *espaços generificados de resistência*, resultado de uma tensão por justiça social, próxima a perspectiva do reconhecimento (Fraser, 2006). Assim, pretendemos apresentar reflexões que buscam emergir o tensionamento entre os interesses estratégicos das mulheres e os seus interesses práticos (Molyneux, 2010) problematizado a partir das práticas sociais (Kergoat, 2012), frente às contradições impostas por essa cidade-mercadoria, como um caminho teórico-metodológico para a constituição de alternativas insurgentes à problemática urbana.

Para o nosso propósito, dividimos o texto em duas partes: (a) a primeira em que apresentamos uma revisão teórica sobre a perspectiva do reconhecimento para justiça social nas cidades contemporâneas, fazendo aproximações com os processos em curso no Rio de Janeiro; (b) e a segunda onde problematizamos a questão dos interesses das mulheres a partir de práticas sociais e performances que constitui o que chamamos de *espaços generificados de resistência*.

A necessidade da luta por reconhecimento no Rio de Janeiro, uma cidade-mercadoria

Atualmente, prevalece a ideia de que o projeto de cidade em curso no Rio de Janeiro evidenciado por inúmeras transformações urbanas se dá em função dos chamados Megaeventos Esportivos. Contudo, este projeto de cidade não é algo recente. A lógica do planejamento urbano empresarial, a fim de colocar o Rio de Janeiro nas fileiras das cidades-globais, tem sido pautada há algumas décadas pela lógica da competição de fluxos de capital internacional que territorialmente se materializa pela mercantilização das dinâmicas sócio-urbanas: expressões culturais, identidades urbanas, (Labrecque, 2010) modos de apropriação e de moradia das cidades, entre outras.

Na era César Maia (1993-2008) o planejamento estratégico foi a alternativa ao Plano Diretor da cidade (1991), deixando claro que a lógica empresarial e de resultado rápido iria imperar na gestão municipal. Alguns referem-se a essa fase como o da desconstrução do

espaço urbano carioca a partir de projetos pontuais de remodelação e reurbanização de bairros e favelas pautadas pelo cidadão(ã)-consumidor(a), ou seja, a concepção de inserção social além de se restringir a uma perspectiva economicista, limita as práticas sociais ao consumo do espaço urbano fetichizado. Por isso, a importância da padronização do consumo nessa concepção de cidade (Ribeiro, 2009).

Essa forma de gestão ganhou contornos mais visíveis na “era Eduardo Paes”, por conta dos Megaeventos Esportivos. Predomina-se uma concepção de planejamento reducionista e discriminatória que serve de instrumento poderoso para viabilizar as condições de reprodução do capital e a construção de uma imagem de cidade que pasteuriza a paisagem, e a vida urbana, facilitando a constituição de superficialidades e a fragmentação da vida urbana em prol da mercantilização da cidade, sendo a especulação imobiliária e o encarecimento da vida urbana o seu retrato mais evidente.

Como consequência, assistimos uma série de violações de direitos humanos através de remoções de inúmeras famílias, precarização dos serviços, militarização de áreas estratégicas para os eventos. Por essa razão, a falta de transparência e de participação popular na construção da política urbana é conveniente para abrir espaço a um tipo de regulação urbana que precisa tanto da gestão local, quanto do engajamento do aparato institucional do Estado para a reprodução do capital em escala global. Essas medidas têm sido justificadas para conter a “desordem urbana”, conforme uma concepção associada principalmente à violência e a pobreza.

Um discurso capturado que facilita generalizações por parte das agências multilaterais, como o Banco Mundial e ONU, que fazem difundir modelos de cidade (Sánchez, 2009) dos quais contribuem para a legitimação das transformações impostas. No caso da perspectiva da mulheres, o chamado *gender mainstreaming* (estratégia administrativa de cima para baixo - *top-down*) baseada numa agenda internacional comum, serve para fortalecer uma política urbana homogeneizadora em que a dimensão econômica-política prevalece em relação à dimensão cultural-valorativa, isto é, interesses redistributivos prevalecem aos interesses de reconhecimento das diferenças e desigualdades.

Desde a Conferência das Mulheres em Pequim em 1995 o conceito de *gender mainstreaming* se difunde como uma alternativa de política pública que considera as diferentes implicações entre os gêneros, a partir de uma abordagem dita transversal no sentido de influenciar na legislação e programas em todos os níveis de governo. Entretanto, há limites na governança urbana que se paute por diretrizes internacionais, uma vez que acaba por

homogeneizar a problemática de gênero nos diferentes países e territórios. Tal perspectiva de transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas está associada ao *Consenso de Washington* que ‘corresponde a uma série de programas inspirados nas abordagens de Milton Friedman e dos Chicago Boys, com o objetivo de fazer com que o Estado deixe pleno espaço ao mercado’ (Labrecque, 2010, p. 903).

Por essa razão, consideramos de extrema importância a apropriação das reflexões na contemporaneidade sobre duas categorias da ciência política: *reconhecimento* e *redistribuição*, na perspectiva da justiça e da igualdade, a fim de não recair em erros analíticos quanto ao debate sobre o enfrentamento das desigualdades de gênero no espaço urbano.

A estadunidense feminista Nancy Fraser (2006) apresenta reflexões que basicamente se baseiam no que ela considera dilemas da justiça numa era *pós-socialista*, levantando o conflito político que cerca questões relacionadas à identidade, cultura e classe. Ela afirma que pessoas sujeitas à injustiça cultural e econômica, necessitariam de reconhecimento e redistribuição. Assim, quem procura promover a diferenciação do grupo, tenderia à política do reconhecimento, e quem defende a sua desestabilização ou sua pulverização, tenderia à política da redistribuição.

Fraser (2006, p.233) assume que a sua perspectiva de justiça se aproxima a redistribuição e ao reconhecimento, mas não é uma aproximação fácil já que haveria uma tensão neste debate, pois parecem ter, com frequência, objetivos contraditórios.

Lutas por reconhecimento assumem com frequência a forma de chamar a atenção para a presumida especificidade de algum grupo [...] e, portanto, afirmar seu valor. Desse modo, elas tendem a promover a diferenciação de grupo. Lutas de redistribuição, em contraste, buscam com frequência abolir os arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo.

Quando analisamos mulheres pobres que vivem em favelas, podemos associá-las ao que Nancy Fraser considera coletividades bivalentes, ‘diferenciadas como coletividades tanto em virtude da estrutura econômica-política quanto da estrutura cultural-valorativa da sociedade’ (Fraser, 2006, p. 233). Essas coletividades necessitariam dos dois para a busca da justiça social.

Na política urbana comumente a consideração da dimensão de gênero na perspectiva das mulheres aparece apenas naquilo que reforça os seus papéis sociais tradicionais. Demandas por creches, posto de saúde, espaços de lazer para crianças ou seja, o

que remete a responsabilidade feminina em relação ao espaço doméstico e ao cuidado com a família são utilizados nos discursos políticos, como reivindicação das mulheres, evidenciando a consideração de gênero apenas a partir do que poderíamos chamar de seus interesses estratégicos como mães.

Sendo assim, a invisibilidade e a desconsideração da necessidade de mudanças na valoração cultural de gênero em favelas, por exemplo, não encontra solução na redistribuição, mas sobretudo no reconhecimento. Sob o espectro das análises de classe, seria necessário eliminar as injustiças marcadas pelo gênero, e suas respectivas diferenças, já que seria um problema de diferenciação econômico-política. Porém, não acreditamos ser possível este tipo de raciocínio, senão partiríamos do pressuposto que todas as diferenças simbólicas e culturais entre homens e mulheres poderiam ser economicamente equalizadas. Nesse sentido, a política urbana na lógica de mercado, neste contexto de Megaeventos, tende a homogeneizar a tudo e a todos(as), reforçando a invisibilidade de gênero, ou mesmo o lugar das mulheres na sociedade, quando já é evidente práticas e relações sociais que desafiam essa mística.

O debate sobre a política urbana se baseia, evidentemente, nos setoriais habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade. A centralidade da fragmentação dessa abordagem em processos de participação contribuem ou mesmo conduzem a consensos que reforçam lógicas de injustiça econômica justificadas pelo reconhecimento das demandas das mulheres. Para o exemplo que tomamos de mulheres das favelas², uma observação de Fraser (2009) parece importante para nossa análise: não seria suficiente distinguir quando há pressão pelo reconhecimento de diferenças culturais, se quem reivindica espera promover reestruturação econômica. Consta no programa de provisão habitacional “Minha Casa Minha Vida”, como acordado nos processos de Conferência das Cidades, a titularidade do imóvel preferencial às mulheres. Neste caso, notamos que podemos recair nos perigos sinalizados por Nancy Fraser a cerca do dilema redistribuição/reconhecimento. A segurança da posse é considerada uma garantia, mas ela é relativa porque sendo as mulheres mais vulneráveis economicamente, justamente por fatores socioculturais, mesmo quando chefes de família, a venda ou o repasse deste imóvel por possíveis dificuldades econômicas, impõe a elas o risco de residir em condições precárias, uma vez que o encarecimento da cidade e a pressão especulativa dos imóveis urbanos atingem toda a cidade, inclusive favelas localizadas em áreas valorizadas.

² Estamos cientes que este tipo de classificação ‘mulheres de favelas’ também poderia se enquadrar numa generalização, já que não seria coerente afirmar que as experiências e interesses de mulheres de favelas no centro seriam os mesmos que de áreas periféricas da cidade do Rio de Janeiro.

Já é notório os efeitos de projetos de urbanização de favelas que se mostram como esforço de garantia das condições mínimas de salubridade, de serviços e infraestrutura urbana em áreas favelizadas: muitas famílias vendem suas casas a fim de incrementar a sua renda, e outras, são expulsas pela elevação do valor dos aluguéis, se vendo obrigadas a buscar locais com aluguéis mais baratos, ou mesmo onde possam improvisar uma moradia. Na maioria das vezes essa mudança não se reflete em melhorias nas condições de vida urbana. Esse processo adquire contornos mais perversos quando são famílias monoparentais chefiadas por mulheres ou quando há a coabitação, uma vez que para retomar a vida em bairro diferente, em condições provavelmente inferiores, sem as habituais redes sociais de solidariedade e de serviços urbanos, fazem recair sobre os seus ombros múltiplas responsabilidades tanto em relação às tarefas domésticas quanto de provimento, para a garantir minimamente condições de moradia.

A desvalorização no mercado de trabalho e do trabalho doméstico de responsabilidade das mulheres, a violência doméstica e urbana sobre os corpos femininos, das representações banalizantes e humilhantes na mídia, enfim, a sujeição à heteronormatividade masculina impõem uma desqualificação generalizada do que se codifica como “feminino”, trazendo consequências em todas as esferas da vida. Danos de injustiça de reconhecimento, independentes da economia, que não são meramente “superestruturais” (Fraser, 2006). Portanto, considerando nossa linha de abordagem, a lógica do privilégio gera desprezo por um gênero, as mulheres, face à economia política que o se insere na redistribuição, e ao mesmo tempo, a uma face cultural-valorativa no âmbito do reconhecimento.

O perigo da superficialidade do reconhecimento das injustiças é recair em desqualificações e estigmatizações, pelo não êxito de uma política. A titularidade prioritária aos imóveis passíveis de regularização fundiária, ou em programas de provisão de moradia, é anunciada como uma grande conquista, visto que a questão da segurança da posse é um aspecto básico para inviolabilidade do direito à moradia. Contudo, se tomarmos o caso da comunidade Vila Autódromo³ que há anos luta pelo direito de permanecer no território onde se localizam na cidade, tendo adquirido concessão de uso para fins de moradia há décadas atrás, tem vivenciado a vulnerabilidade do não reconhecimento de sua luta que é sobretudo protagonizada por mulheres.

³ Antiga colônia de pescadores à beira da Lagoa de Jacarepaguá, na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, que hoje convive com a pressão da gestão municipal cujas tentativas de remoção da comunidade são inúmeras, tendo em vista as obras do Parque Olímpico destinado às Olimpíadas de 2016.

Os obstáculos materiais e simbólicos conjugados na relação com o Estado e no dia-a-dia no âmbito da sociedade caracterizam um debate pouco consistente e distantes dos interesses das mulheres na construção da política urbana. A normas culturais sexistas e androcêntricas, somada a desvantagem econômica das mulheres, dificultam a sua interferência na formação de outra cultura, na vida cotidiana e nas esferas públicas, para busca de seus direitos, que considere seus interesses, sejam eles práticos ou estratégicos.

Espaços *generificados* de resistência: espaço de práticas

Apesar das dificuldades enfrentadas de disputar o debate público para o efetivo reconhecimento dos direitos e interesses das mulheres numa cidade onde tudo é passível de se tornar mercadoria, as práticas sociais são uma ferramenta de tensionamento cotidiano que as mulheres acionam (mesmo aquelas que não se consideram feministas) ‘que podem formatar novas formas de resistência como portadoras de mudanças potenciais no âmbito das relações sociais’ (Kergoat, 2012, p. 128)⁴. Relações sociais⁵ de gênero que se articulam, sob suas três formas canônicas: exploração, dominação e operação.

Por sua vez, Danièle Kergoat (2012) aponta que as práticas sociais podem revelar dois tipos de resistências: (i) resistências para a manutenção da tradição ou do *status quo*, comumente aqueles que exercem o papel de dominação; e (ii) resistências ao estabelecido no sentido de gerar mudanças e transformações, comumente os(as) dominados(as). Com isso, se estabelecem conflitos que geram consequências cotidianas e processuais no modo como o espaço urbano é produzido e reproduzido.

As mulheres ‘escreve[m] enquanto lê[em], ali onde a repressão falhou, onde o sistema se fragmentou, e onde ela[s] não deseja[m] ser reconstruída[s] descobrindo nele o reflexo de um sistema unitário, homogêneo, fechado’ (Agrest, 2008, p. 596). Isto quer dizer, que procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos sair de bermudas nas ruas no início do século XX, ou mesmo de minissaias na década de 60. Ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos,

⁴ Tradução nossa.

⁵ Na língua francesa, há uma distinção entre *rapport social* e *relation social* que em português seria igualmente traduzido como *relação social*. *Rapport social* é abstrato e opõe os grupos sociais em torno de uma questão. *Relation social* são imanentes aos indivíduos concretos, entre os quais aparecem (Kergoat, 2012).

ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir.

Um espaço paradoxal (Rose, 1993), reflexo da heteronormatividade masculina que estabelece e produz o espaço urbano a partir da violência, imaginado e estruturado como uma fortaleza, para sua própria proteção a exclusão dos(as) outros(as) (Silva, 2007). Apesar das relações de poder entre opressores e oprimidos, há práticas sociais de resistência à exclusão promovidas pelas subjetividades dominantes. Esta constante tensão de quem está fora e quem está dentro, depende de inúmeros elementos, como a identidade do grupo, o tempo, etc. entre os quais influenciam nas práticas sociais e também na performance⁶ das mulheres. Nesse caso, a combinação de práticas sociais e performances permite os processos de resistência e a possibilidade da criação da novidade, subvertendo o ideal de gênero e de heteronormatividade no espaço (Rose, 1993; Silva, 2007).

A mera presença desses corpos desorienta e desestabiliza o espaço segundo padrões dominantes (Ahmed, 2006). Podemos afirmar que isto ocorre não somente com pessoas que possuem orientação sexual não-hetero, mas também aos corpos fora dos padrões sociais masculinos considerados como “normal” ou apropriado para um local, um espaço. Sendo assim, se estabelece práticas e performances, que se refletem no processo de resistência de ambos, dominante e dominado, quem está no centro e quem está a margem – espaço paradoxal (Rose, 1993). O processo de resistência alcançado pela variedade de práticas sociais (não-normatizadas) faz seus corpos tornarem-se estranhos e passíveis de serem violados ou mesmo menosprezado no espaço urbano. Um menosprezo que não o do esquecimento, mas de torna-lo invisível, menos importante, e marginal para garantia da lógica de produção do espaço da cidade.

Acreditamos que o espaço urbano das cidades é o retalho de uma significativa diversidade de formas de resistências a essa cidade-mercadoria, onde podemos analisar o que chamamos de *espaços generificados de resistência*, em que as mulheres negam para afirmar a cidade e seu espaço urbano (Agrest, 2008).

Ao mesmo tempo, negações e afirmações em metrópoles como do Rio de Janeiro, extremamente diversas e conflituosas, são constantes nos inúmeros grupos sociais. Entretanto, os corpos das mulheres não só são resistentes na sua afirmação, como também servem de conexão àqueles(as) que apenas resistem através da negação à cidade, como por exemplo, os

⁶ Entendemos que as práticas sociais são indissociáveis das performances das pessoas que só são possíveis através de seus corpos. Esse debate se inspira na teoria queer que busca questionar a heteronormatividade a partir da sexualidade e a performance dos corpos (Ahmed, 2006; Silva, 2007).

corpos das domésticas que vivem em favelas ou em áreas periféricas da metrópole através de sua trajetória cotidiana de sua casa até a casa da(o) patroa(ão).

Em janeiro de 2014, em entrevistas realizadas com trabalhadoras domésticas⁷, sobretudo, diaristas, algumas falas nos fazem concluir que elas são o único ponto de conexão das famílias onde trabalham com os bairros mais empobrecidos e segregados da metrópole, ou seja, os bairros e favelas onde elas residem, onde também elas resistem frente a essa cidade-mercadoria que não as inclui. A presença de seus corpos nos centralidades urbanas, e dentro do espaço doméstico da população de classe média e alta da metrópole, é o meio no qual esses corpos acostumados ao distanciamento, têm proximidade com o espaço urbano daquelas acostumadas ao excesso de aproximação. Proximidade de corpos que se revelam pela forma urbana das favelas, por exemplo, que por sua vez nos mostra a concretude das formas de resistência ocorridas nesses espaços. Proximidade com a própria cidade, por circular e se apropriar do espaço urbano de uma maneira diversa, extensiva, policêntrica e distinta dos corpos que somente as negam.

Cotidianamente, elas circulam por diferentes pontos da metrópole, sobretudo, diaristas, constituindo espaços de resistência durante seu percurso até o trabalho. Poderíamos estar tratando aqui de qualquer outra trabalhadora que precisa enfrentar o transporte público precário, superlotado, sujeita à todos os tipos de assédio, ou mesmo circular em horários, pela manhã e a noite, em locais desertos, sem iluminação adequada, correndo o perigo de um assalto ou estupro. Além disso, antes de se aventurar na cidade é preciso se organizar, mobilizar meios ou redes de solidariedade no sentido de suprir sua ausência no espaço doméstico, para viabilizar sua vida como trabalhadora. Quem está mais sujeita a este tipo de experiência são as que residem em áreas periféricas, ou seja, o posicionamento de classe e de gênero as coloca em um tensionamento no espaço urbano que influenciam suas práticas de resistência (e enfrentamento) e, conseqüentemente, seus interesses.

Considerando *mulheres* como abstração, é verdade que têm interesses em comum. No entanto, não há consenso sobre quais interesse são e como elas são formuladas. Isto porque não há uma teoria casual, aplicável, universal e adequada que explique a subordinação das mulheres, assim como uma interpretação geral de como os interesses das mulheres podem ser interligados. Uma teoria dos interesses que tem aplicação no debate sobre a capacidade das mulheres em lutar e se beneficiar de mudanças sociais deve iniciar-se a partir do reconhecimento da diferença do que assumindo a homogeneidade (Molyneux, 2010, p. 22).

⁷ Realizadas no âmbito do trabalho de pesquisa de tese de doutorado em curso.

Ao nosso ver, esses interesses, que podem gerar processos de resistência, derivam tanto daquilo que Maxime Molyneux (2010) chama de interesses estratégicos e interesses práticos que estão diretamente ligados a subjetividade das mulheres e de seu diferente posicionamento na sociedade: classe, gênero, raça, geração, etc.

Diferente dos interesses estratégicos, os interesses práticos são formulados por mulheres que estão nessa posição do que fora das interações e contradições. Por isso, são interesses que se divergem quanto àquelas que procuram a emancipação ou a igualdade de gênero. Quando a vida familiar está ameaçada, e o Estado não provém suas necessidades, as mulheres tendem a se organizar, normalmente as mais pobres, para mobilização de recursos (Molyneux, 2010). O desafio, segundo Molyneux, é compreender que os interesses práticos não desafiam as formas predominantes de subordinação de gênero, e que mesmo sendo em parte produto da subjetividade, tais interesses não podem ser considerados como imunes aos efeitos de classe. Esse entendimento é vital para a compreensão do posicionamento político dessa mulheres quando buscam se mobilizar ou pressionar por ações estritamente voltadas aos seus interesses práticos. E neste caso, podem entrar em conflito com os interesses estratégicos daquelas que estão na luta por igualdade.

Por isso, reconhecer aquilo que caracterizamos como os *espaços generificados de resistência* na cidade sejam eles constituídos por práticas sociais ligadas aos interesses estratégicos, sejam eles ligados aos interesses práticos, é fundamental para nutrir o debate da política urbana para que se busque a constituição de uma cidade mais justa socialmente. Desta forma, a cidade não pode ser algo fechado e acabado. Ela deve ser aberta às interferências daqueles(as) que estão à margem, tensionando os(as) que estão no centro, tanto por suas práticas sociais que se caracterizam por formas distintas de apropriação do espaço urbano, quanto por práticas políticas de pressão e participação nas esferas públicas.

Referências Bibliográficas

Agrest, D. 2008. À Margem da Arquitetura: corpo, lógica e sexo, in Nesbitt, K.(. *Uma nova Agenda para a Arquitetura: antologia teórica 1964-1995*, 2ª edição, São Paulo: Cosac Naify.

Ahmed, S. 2006. *Queer Phenomenology: Orientations, Objects, Others*, Durham, London: Duke University.

Arantes, O. 2009. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas, in Arantes, O., Vainer, C. and Maricato, E. *A cidade do pensamento único - desmanchando consensos*, 5th edition, Petrópolis: Editora Vozes.

_____, Vainer, C. e Maricato, E. 2009. *A cidade do pensamento único - desmanchando consensos*, 5^a edição, Petrópolis: Editora Vozes.

Beauvoir, S. 1970. *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, 4^a edição, São Paulo.

Coutras, J. 1997. À propos de la construction sexuée de l'espace urbain, *Cahiers du Gedisst*, no. 19, 77-94.

Fraser, N. 2006. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça numa Era 'Pós-Socialista', *Revista dos Alunos de Pós-graduação em Antropologia Social da USP* [Em linha], vol. 15, 231-239. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. [Consult. 12 de abril de 2012].

_____. 2009. Uma réplica a Iris Young, *Revista Brasileira de Ciência Política*, no. 2, jul/dez, 216-221.

_____. 2012. Le féminisme renaissant? Le féminisme, le capitalisme et la ruse de l'Histoire, in Fraser, N. *Le féminisme en mouvements: des années 1960 à l'ère néolibérale*, Paris: Éditions La Découverte.

Kergoat, D. 2012. *Se Battre, Disent-Elles*, Paris: la Dispute.

Labrecque, M.F. 2010. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?, *Rev. Estud. Fem* [Em linha], vol. 3, no. 18, dez, 901-912. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000300015. [Consult. 23 de agosto de 2014].

McDowell, L. 1999. *Gender, Identity and Place: Understanding Feminist Geography*, Minneapolis: University of Minnesota Press.

Molyneux, M. 2010. Mobilization without emancipation? women's interests, the state, and revolution in Nicaragua, in Krook, M.L. e Childs, S. *Women, gender, and politics: a reader*, Oxford: Oxford University Press.

Ribeiro, V.M.F. 2009. *A (des)construção do espaço carioca na 'era César Maia' (1993-2008) : reflexões sobre o modelo de planejamento urbano estratégico e o conjunto de objetos arquitetônicos denominados 'Pentágono do Milênio'*, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Rose, G. 1993. *Feminist & Geography: The Limits of Geographical Knowledge*, Cambridge, Oxford: Polity Press.

Sánchez, F. 2009. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine' in Acserald, H. *A duração as cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*, Rio de Janeiro: Lamparina.

Sassen, S. 2010. Mondialisation et géographie globale du travail, in Falquet, J., Hirata, H. and Kergoat, D. *Le sexe de la mondialization: genre, classe, race et nouvelle division du travail*, Paris: Presses de Sciences Po.

Silva, J. 2007. Gênero e Sexualidade na Análise do Espaço Urbano, *Geosul*, 117-134.